

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.– CELESC
NIRE Nº 42300011274 – CNPJ/MF Nº 83.878.892/0001-55
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Data, hora e local: Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, na sede social das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, na Avenida Itamarati, 160, Itacorubi, em Florianópolis (SC), com início às 9 horas. **Presenças:** João Eduardo Noal Berbigier, Luiz Alberton, Amir Antônio Martins de Oliveira Junior, Fabricio Santos Debortoli, Luiz Otavio Assis Henriques, João Manuel Brito Martins, Fábio William Loreti, Vanessa Evangelista Ramos Rothermel, Cleicio Poletto Martins, Leandro Nunes e Michele Silva Wangham. **Ordem do dia: Relato do Presidente:** Iniciando a reunião, o Presidente da Companhia manifestou-se a seguir: “Gostaria de fazer um registro e agradecimento quanto à atuação de todos os Diretores e Empregados de toda a Celesc, em especial da Diretoria de Regulação e Gestão de Energia – DRG, a todo Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, que conseguiram com muito conhecimento e empenho, resultados positivos históricos para a Revisão Tarifária da Celesc do ano de 2021. Agradecemos também o Comitê da BRR, que possuía membros de todas as Diretorias e coordenou reuniões semanais entre as áreas a fim de melhorias nos processos de encerramento e fechamento contábil das obras. Para a Base de Remuneração, migramos de uma glosa em 2016 de cerca de 15% no Valor Novo de Reposição – VNR para 0,12%, ou seja, muito próximo de zero. O VNR é o foco principal da atuação regulatória no processo de definição da Base de Remuneração Regulatória – BRR, pois é a partir dele que é definido o valor do Ativo Imobilizado em Serviço e são calculadas a Remuneração de Capital e a Quota de Reintegração Regulatória. Desta forma, o VNR ficou cerca de 9,65% superior ao Valor Original Contábil – VOC atualizado, refletindo um ganho 9,65% superior ao valor do investimento atualizado. Diante de tais resultados positivos, existe uma maximização da Base Bruta da Distribuidora, através do Ativo Imobilizado em Serviço, sobre a qual incide a Quota de Reintegração Regulatória, e também na Base Líquida, aumentando a remuneração através do WACC regulatório, agregando ainda mais resultado aos investimentos realizados no ciclo. Para os Custos Operacionais (que englobam pessoal, material, serviços de terceiros, seguros, tributos), conseguimos uma cobertura regulatória como ponto de partida de R\$1,078 bilhões, além de um componente do Fator X (trajetória) negativo que trará um incremento de cobertura ao longo do ciclo tarifário. Além disso, obtivemos a cobertura adequada pela incorporação das Demais Instalações de Transmissão – DIT, saindo de um patamar ordinário de R\$40 mil para R\$1,66 milhões de Custo Operacional por ano. Foi a primeira revisão tarifária da história em que a Celesc D foi mensurada com eficiência acima da média do setor. Referente às perdas técnicas regulatórias, o percentual calculado pela ANEEL foi de 5,81% sobre a energia injetada e, apesar da queda na cobertura frente ao valor calculado no último ciclo (6,03%), que ocorre devido aos investimentos da Celesc D em sua rede, esse é o percentual calculado pela ANEEL que mais se aproxima ao percentual de perdas técnicas reais (5,85%) em todos os processos de revisão tarifária até hoje. A diferença de apenas 0,04% é fruto de grandes melhorias na Base de Dados Geográfica da Distribuidora – BDGD, que é insumo para o cálculo das perdas. Para as perdas não técnicas, o percentual regulatório para o próximo ciclo foi de 6,26% sobre o mercado faturado de baixa tensão, sem trajetória de redução. Este valor é 68% superior ao patamar anterior de 3,73%, o que permitirá auferir ganhos para a Celesc, e seus acionistas, caso as medidas para combate às perdas não técnicas reais continuem.

Da mesma forma, para os indicadores DEC e FEC, houve grande avanço quanto à proposta inicial da Aneel. Considerando que a área de concessão da Celesc D possui particularidades que não fazem parte da realidade de outras distribuidoras, a equipe da DRG pleiteou a flexibilização dos limites, que foi reconhecido pela Agência, com ganhos de até 0,39 hora no DEC (4,70%) e 0,36 interrupções no FEC (5,81%) no último ano do ciclo. Importante destacar que, com o fechamento da última revisão tarifária em agosto de 2021, todo investimento realizado no ciclo 2016-2021 permitiu a formação de uma base de remuneração muito positiva, se desdobrando em uma taxa de depreciação de 3,82%, possibilitando uma excelente Quota de Reintegração Regulatória – QRR para o ciclo 2021-2026, assim como uma Remuneração de Capital (WACC) também bastante positiva frente a uma taxa de remuneração de 7,02%, líquida. Deste modo, alcançamos uma receita total associada aos ativos imobilizados cuja taxa sobre a base de remuneração líquida ultrapassa os 10%. No caso específico da Celesc D, durante o ciclo passado, os investimentos acima da depreciação transportados para a BRR foram de aproximadamente R\$800 milhões, o que refletiu positivamente em adicional da parcela B por Quota de Reintegração Regulatória – QRR e Remuneração de Capital – WACC, que somaram, sozinhas, cerca de R\$87 milhões/ano de receita adicional, valor este que se manterá pelo menos nos próximos 10 anos. Esta receita, advinda do investimento acima da depreciação, contribui para o constante crescimento do EBITDA, sendo que, cabe lembrar, o setor elétrico, em especial nas empresas de distribuição de energia elétrica, os investimentos ocorrem primeiro para depois serem remunerados. Da mesma forma, durante o ciclo 2016-2020, percebemos um aumento significativo do EBITDA, assim como o valor investido do grupo foi de R\$1,97 bilhão acima da depreciação, que no mesmo período foi de R\$1,24 bilhão. Para a realização dos investimentos o grupo Celesc utilizou recursos da geração de caixa próprio e buscou fontes de financiamento por captações, tal como o recurso BID. Apesar do grande volume de investimentos, quando olhamos a dívida financeira da empresa durante o ciclo 2016-2020, com fechamento em dez/20, esta era de aproximadamente R\$795 milhões, mas, conforme visto anteriormente, o investimento realizado no período acima da depreciação contabilizada foi de cerca de R\$1,97 bilhão, demonstrando que a empresa gerou caixa próprio de pelo menos R\$1,1 bilhão para novos investimentos, além de ter quitado outras dívidas financeiras e regulatórias no período. Portanto, todo o capital próprio retido no período foi reinvestido na empresa, gerando valor aos acionistas, sendo que a Celesc busca sempre elevar os investimentos, pois é isto que permitirá aumentar a rentabilidade da empresa e atender a expansão do mercado consumidor. Nota-se também que, no período considerado, os *covenants* da empresa estão bem abaixo da média do setor, assim como o custo do capital de terceiros, que ficou em torno de 4,8% em 2020, sendo o quarto menor custo de dívida entre algumas distribuidoras analisadas do mesmo porte. Por outro lado, a realização de dividendos vem crescendo, tendo totalizado R\$259 milhões no ciclo 2016-2020, demonstrando que a empresa está consistente tanto em sua responsabilidade social, em especial em distribuir e gerar energia elétrica, quanto com seus empregados e acionistas, para atender o propósito da Celesc: cumprir sua função pública de prover energia para o desenvolvimento e qualidade de vida e, em especial, dos mais de 7 milhões de catarinenses, de nascimento ou de coração. Números como estes contribuem ainda mais para a trajetória positiva que a companhia vem seguindo, bem como permite a criação de condições favoráveis para que possamos continuar investindo na melhoria do sistema elétrico e nos serviços prestados à sociedade catarinense, além do alcance dos indicadores e metas da concessão”. Na sequência, após o relato do Presidente Cleicio Poletto Martins, o Presidente deste Conselho parabenizou a direção da companhia e destacou inclusive que a Celesc tem pelo menos dois *cases* de sucesso nessa gestão: Ampliação da PCH Celso Ramos e a Revisão Tarifária. Com a palavra, o Conselheiro João Brito reconheceu e parabenizou a Diretoria e equipe da Celesc pela excelente revisão tarifária, tendo referido também a importante contribuição do Conselho para esse resultado. Em relação à gestão do caixa no período,

reconheceu os avanços realizados nos últimos anos, mas referiu que as ações do PIS/Cofins tiveram uma contribuição bastante positiva para a liquidez da empresa. O Conselheiro Cleicio Poletto Martins rememorou que sobre os créditos tributários de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo, a Celesc Distribuição S.A. compensou desde março de 2020 em média R\$50MM por mês. Em agosto de 2021 a companhia iniciou o repasse dos valores aos consumidores da empresa no montante R\$795MM, repasse mensal de R\$66MM, e passou a excluir o ICMS da base de cálculo nas apurações de PIS e COFINS a partir da competência agosto de 2021, conforme determinado pela Aneel, reduzindo a expectativa de compensação mensal para o montante de R\$28MM até fev/23. Sendo assim, todo planejamento de caixa da Companhia já contempla esta diferença entre o repasse ao consumidor da primeira ação e o novo valor de compensação. Para a 2ª ação judicial que trata do tema, a Companhia registrou os valores de R\$985MM no Ativo e Passivo sem iniciar as compensações do crédito tributário, visto que não há trânsito em julgado para esta ação. Com a palavra, o Conselheiro Luiz Otávio ressaltou que agora, atingido esse patamar de eficiência na área financeira, a empresa pode se dedicar mais a cuidar de outros temas pilares como Regulação, Perdas e Inadimplência. Dando continuidade, o Conselheiro Leandro Nunes destacou também a superação de momentos difíceis que a empresa atravessou buscando uma gestão eficiente, frente a desafios como a Empresa de Referência e a redução dos custos quanto à estrutura de operação *versus* crescimento da receita. E, que esse momento de transformação de gestão teve início ainda ao longo da composição anterior do Conselho de Administração, incluindo a participação dos conselheiros representantes da Angra. Ainda na oportunidade, o Conselheiro Fabrício Santos Debortoli destacou também outros ajustes que a empresa fez para buscar geração de caixa PIS/Cofins, bem como a evolução dos trabalhos apresentados pelos gerentes ao Conselho de Administração, sobretudo nos quesitos de *report* e geração de caixa. Após, passou-se aos **Relatos dos Comitês: Comitê de Ética:** O coordenador, Conselheiro Luiz Alberton, informou que ocorreram duas reuniões neste mês de setembro, sendo que neste período foi priorizado o tratamento dos retornos quanto às denúncias pendentes de apreciação. Destacou que, em sua maioria, as denúncias possuem classificação de baixa prioridade. Informou que foi encaminhada aos membros deste Conselho a Instrução Normativa do Canal de Denúncias, em que inclusive estão sendo tratadas as denúncias contra Alta Administração. Na oportunidade, o Presidente deste Conselho solicitou aos membros que realizem a análise e enviem suas contribuições quanto ao teor da referida Instrução. **Auditoria Estatutário (CAE):** O coordenador, Conselheiro Amir Antônio Martins de Oliveira, apresentou relato da reunião realizada no dia 21 de setembro de 2021, quando foram abordados os seguintes assuntos: 1) Resultado Gerencial; 2) Apresentação do Lançamento de Licitação na Modalidade Técnica e Preço, para Contratação de Empresa de Auditoria para realizar Serviços de Auditoria Independente na Avaliação dos Processos Operacionais previsto no PAAI 202; 3) Apresentação Instrução Normativa Canal de Denúncias; 4) Apresentação do cronograma de elaboração do PAAI 2022. Dando sequência, o Sr. Coordenador informou que, quanto ao item 1, Resultado Gerencial, os números foram apreciados, sendo que os cenários apresentados estão adequados. Quanto ao item 2, foram apresentados na oportunidade o objeto da contratação, base, modalidade, valor previsto, as horas planejadas, bem como as atividades que serão avaliadas pela auditoria a ser contratada. Recomendando-se, portanto, sua aprovação por este Conselho. No tocante ao item 3, foi apresentada na oportunidade a proposta da Instrução Normativa do Canal de Denúncias, em que se pode verificar sua contextualização e estruturação. Referente ao item 4, foi explanado durante a reunião do Comitê o Cronograma de Elaboração do PAAI 2022, bem como suas etapas principais. Ressaltou ainda que, durante a reunião do Comitê discutiu-se sobre a questão da “crise hídrica” que está sendo vivenciada no país, devendo esta ser tratada com as devidas cautelas, inclusive pela Celesc. Destacou que os membros manifestaram preocupações, uma vez que em outros Estados a situação se apresenta grave,

alertando-se pelos procedimentos que serão adotados pela companhia, devendo esta ser rigorosa quanto à questão. Informou por fim que o item 4 retornará na próxima reunião do dia 26 de outubro do corrente, sendo definido que a reunião do mês de novembro ocorrerá no dia 05/11, e que a reunião do mês de dezembro será presencial. **Comitê de Recursos Humanos:** O coordenador, Conselheiro Fabrício Santos Debortoli, informou que na reunião realizada no dia 22 de setembro de 2021 foi analisado o seguinte item para conhecimento: 1) Apresentação Mensal de Segurança. Na oportunidade, informou o Coordenador que o Gerente da Divisão de Segurança do Trabalho, Saúde e Bem-Estar apresentou os registros de acidentes ocorridos no mês de agosto, quantidades, tipos, classificação de acordo com a causa, as taxas de frequência e gravidade, registros de acidente com a população, bem como demais ações da área e planos de ações. Dando sequência, ressaltou a necessidade de se reforçar a prevenção das ações de segurança na empresa. Informou por fim que foram discutidos ainda no Comitê os ajustes propostos pelo conselheiro Leandro que deverão ser realizados ao novo Plano de Demissão Incentivada – PDI, com aplicação já na edição 2021/2022, sendo estes aprovados por unanimidade pelos membros do Comitê. **Comitê Estratégico, Regulatório e de Sustentabilidade:** O Coordenador informou que foram tratados os seguintes itens: 1) Primeira validação parcial da Revisão do Plano Estratégico; 2) Aprovação da Política de Diversidade e Inclusão para a Celesc e suas subsidiárias integrais; 3) Orientação de voto ECTE Xavantina; 4) Orientação de voto Participadas; 5) Elaboração das etapas que devem ser cumpridas para que seja possível o estudo de desinvestimento da SCGás pela Celesc; 6) Resultados da Revisão Tarifária 2021; 7) Apresentação do Desempenho do Contrato de Gestão. Quanto ao item 1, o Coordenador informou que houve a apresentação da consultoria Roland Berger, que explanou e detalhou os aspectos principais relacionados a temas novos, em relação ao cenário considerado no último exercício de revisão do plano estratégico, a evolução dos indicadores-chave do Plano Diretor, em que destacou a necessidade de investimentos. Referida consultoria mostrou ainda, os impactos do processo de Revisão Tarifária para Celesc, “bastante positivo e superior ao que era previsto no plano de negócios”, com efeito tarifário médio de 5,65%. A glosa ficou bastante abaixo das estimativas que vinham sendo apresentadas, o que mostra que as iniciativas e projetos que vem sendo implementados trouxeram ganhos efetivos. Na formação da parcela B, destacou os ganhos com a remuneração de capital, custos operacionais e QRR, destacando os próximos passos. No tocante ao item 2, o Comitê se manifestou favorável à aprovação, sendo solicitado que na próxima reunião, haja um relato sobre o diagnóstico atual da Celesc com relação à Diversidade e Inclusão. Sobre o item 3 e 4, o comitê se manifestou favorável à aprovação. No que se refere ao item 5, informou que houve apresentação pela Diretora de Finanças e Relações com Investidores – DEF, Sra. Claudine Furtado Anchite, que apresentou a composição acionária da SCGás após a aquisição da parte da Gassetto pela Compass, sendo que a mesma detalhou as etapas a serem cumpridas para que ocorra o referido desinvestimento. Os conselheiros tomaram conhecimento e aprovaram a continuidade dos estudos e tratativas necessários à venda, solicitando ainda que o andamento do trabalho seja reportado periodicamente nas reuniões deste Conselho. No tocante ao item 6, informou que foram apresentados os resultados obtidos pela Celesc no último ciclo de revisão tarifária. Os Conselheiros parabenizaram pelos excelentes resultados alcançados neste processo. E por fim, quanto ao item 7, foi apresentado o desempenho do mês de junho do Contrato de Gestão 2021, em que se detalhou o desempenho dos indicadores que fazem parte do gatilho (todos superaram a meta), bem como o desempenho dos dez indicadores que fazem parte do Contrato de Gestão. **Comitê de Finanças e Comercialização:** O Coordenador, Conselheiro João Manuel Brito Martins, informou que na reunião realizada no dia 22 de setembro de 2021 foram apreciados os seguintes assuntos: 1) Aprovação do Relatório de Sustentabilidade Celesc 2020 – GRI, Metodologia da Global Reporting Initiative; 2) Desvinculação de Imóvel Inservível da Celesc Distribuição S.A no município de Itaiópolis; 3) Desvinculação de Imóvel Inservível da Celesc

Distribuição S.A. no município de Garuva; 4) Autorização para Prorrogação de 24 do Contrato nº 59.247 referente aos Serviços Postais, modalidade de Inexigibilidade de Licitação com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT; 5) Lançamento de Processo de Licitação na modalidade de Licitação Pública Nacional (LPN) para Contratação de Empresa para Elaboração de Projetos Executivos, Fornecimento de Equipamentos e Materiais e Execução de Obras em Três Lotes, 6) Autorizar o Prosseguimento do Processo de Licitação LPN 21/00291 para a Construção da Linha de Distribuição de Alta Tensão LD 138 KV Secc (Jorge Lacerda Orleans) na cidade de Capivari de Baixo; 7) Repactuação do Risco Hidrológico das Usinas da Celesc Geração; 8) Orçamento Celesc Geração S.A.; 9) Resultado Gerencial; 10) Fluxo de Caixa; 11) Fluxo de Caixa Diário; 12 – Cenário de Captação; 13) Reporte Trimestral SCGÁS; 14) Repactuação GSF – DFESA – Negociação CEEE e Adesão. Dando continuidade, o Sr. Coordenador informou as discussões sobre cada ponto, sendo que no tocante aos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, ressaltou que os membros do Comitê recomendaram às aprovações pelo Conselho de Administração. Dando continuidade, informou que, no que se refere ao item 8, incorporado ao item de pauta, os membros do Comitê de Finanças e Comercialização recomendaram que o Conselho de Administração avalie os reflexos no Contrato de Gestão no momento oportuno, recomendando sua aprovação. Nessa esteira, ato contínuo deverá ser convocada uma Assembleia Geral Extraordinária da Celesc D e G, a fim de aprovação da transferência orçamentária de entre estas empresas do grupo. Por fim, informou que foram feitas as apresentações quanto aos itens 9, 10, 11, 12, 13, 14 aos membros do Comitê, sendo tomado conhecimento e discutidos na oportunidade, conforme relatos constantes na ata do referido Comitê. Quanto aos itens referentes: Mercado, Balanço Energético, Projeções e Perdas, bem como Reporte Trimestral CELOS, estes serão apreciados na próxima reunião do Comitê.

Comitê de Elegibilidade: A Coordenadora, Conselheira Michele Silva Wangham, ressaltou que foram analisados os seguintes itens: 1) Aprovação da Política de Indicação para Membros de Órgãos Estatutários das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, suas Subsidiárias Integrais e de suas Participações Societárias e 2) Análise indicações Participadas DFESA e SCGás. No tocante ao item 01, este foi aprovado com sugestões realizadas pelo Comitê referente ao *background check* pela área de *Compliance*, e referente ao item 2, as indicações foram analisadas com a recomendação de aprovação pelo Conselho face à ausência de vedações e presentes os requisitos ensejadores para a assunção aos cargos. **DELIBERAÇÃO: 1**

Aprovação do Relatório de Sustentabilidade Celesc 2020 – GRI, Metodologia da Global Reporting Initiative. Aprovada nos termos da NE-CA nº 101/2021 e Deliberação nº 094/2021. **2**- **Aprovação da Política de Diversidade e Inclusão para a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas subsidiárias integrais.** Aprovada nos termos da NE-CA nº 103/2021 e Deliberação nº 097/2021. **3** - **Lançamento de Processo de Licitação na Modalidade de Licitação Pública Nacional (LPN) para Contratação de Empresa para Elaboração de Projetos Executivos, Fornecimento de Equipamentos e Materiais e Execução das Obras de 3 Lotes.** Aprovada nos termos da NE-CA nº 108/2021 e Deliberação nº 251/2021. **4** - **Aprovação de Política de Indicação para Membros de Órgãos Estatutários das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, suas Subsidiárias Integrais e de suas Participações Societárias.** Aprovada nos termos da NE-CA nº 098/2021 e Deliberação nº 103/2021. **5**- **Desvinculação de Imóvel Inservível da Celesc Distribuição S.A. (Itaiópolis).** Aprovada nos termos da NE-CA nº 092/2021 e Deliberação nº 257/2021. **6**- **Desvinculação de Imóvel Inservível da Celesc Distribuição S.A. (Garuva).** Aprovada nos termos da NE-CA nº 111/2021 e Deliberação nº 258/2021. **7** - **Autorizar o Prosseguimento (Fase Recursal e Posterior Homologação) do Processo de Licitação LPN 21/00291, cujo Objeto é a Contratação de Empresa para Construção da Linha de Distribuição de Alta Tensão LD 138 kV Secc (Jorge Lacerda Orleans)-Capivari de Baixo.** Aprovada nos termos da NE-CA nº 113/2021 e Deliberação nº 265/2021. **8**- **Orientação de Voto ECTE**

Xavantina. Aprovada nos termos da NE-CA n° 114/2021 e Deliberação n° 107/2021. **9**
Orientação de Voto Participadas. Aprovada nos termos da NE-CA n° 115/2021 e
Deliberação n° 108/2021. **10 - Autorização para Prorrogação de 24 Meses ao Contrato n°**
59.247 Referente aos Serviços Postais, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação com a
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Aprovada nos termos da NE-CA n°
116/2021 e Deliberação n° 266/2021. **11 - Repactuação do Risco Hidrológico das Usinas**
da Celesc Geração. Aprovada nos termos da NE-CA n° 117/2021 e Deliberação n° 020/2021.
12. Autorização de transferência Orçamentária da Celesc G para a Celesc D. Aprovada
conforme considerações registradas na ata de reunião do Comitê de Finanças e Comercialização
de 22.09.2021. **APRESENTAÇÃO/CONHECIMENTO:** Foram apreciados os seguintes
temas: A - Resultado Gerencial. B - Fluxo de Caixa; C - Desempenho do Contrato de Gestão.
D - Reporte Trimestral SCGÁS; E - Elaboração das etapas que devem ser cumpridas para que
seja possível o estudo de desinvestimento da SCGÁS pela Celesc; F - Repactuação GSF –
DFESA – Negociação CEEE e Adesão; G - Cenário de Captação. H - Indicadores de Segurança
do Trabalho; I - Primeira validação parcial da Revisão do Plano Estratégico; J - Resultados
Revisão Tarifária 2021; K - Fluxo de Caixa Diário. **ASSUNTOS GERAIS:** Ata processada por
meio eletrônico, cuja publicação é autorizada sob a forma de sumário. Esta ata é cópia fiel da
ata transcrita no livro de atas da Companhia, assinada por todos os conselheiros. Florianópolis,
23 de setembro de 2021. João Eduardo Noal Berbigier, Presidente; Raquel de Souza Claudino,
Secretária.

João Eduardo Noal Berbigier
Presidente

Raquel de Souza Claudino
Secretária